



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

Aos 29 dias do mês de março de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 65 e 66, relativas aos dias 15 e 22 de março, e das atas n.ºs 2 e 3 (Visita ao Algarve) relativas aos dias 20 e 21 de março;*
3. *Discussão e votação do P JL n.º 418/XIII/2.ª, do PAN - Regula o acesso à morte medicamente assistida - Autora do Parecer: Deputada Carla Cruz;*
4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 649/XIII/2.ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam decorrentes do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde e do Projeto de Resolução n.º 770/XIII/2.ª (BE) - Compromisso plurianual para um maior investimento no Serviço Nacional de Saúde;*
5. *Outros assuntos.*

10:45 - *Audição de um conjunto de entidades, a requerimento do CDS-PP, para «explicarem a esta Comissão os problemas com que estas Unidades se têm deparado e o impacto desses problemas na sua viabilidade económica e financeira, bem como na prestação de cuidados de saúde aos utentes»:- Coordenadora da ECR da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo;- Dr. José António Bourdain - Cercitop;- Dra. Ana Reis e Eng.ª Cristina Mendonça - ASFE Saúde;- Enf.º Pedro Ferreira - Santa Casa da Misericórdia da Amadora;- Enf.º Pedro Costa - Casa de Santa Maria;- Dr. Tiago Silva - ARIFA;- Dra. Raquel Sardinha - Hospital do Mar.*

---

2. - Apreciação e votação das atas n.ºs 65 e 66, relativas aos dias 15 e 22 de março, e das atas n.ºs 2 e 3 (Visita ao Algarve) relativas aos dias 20 e 21 de março

As atas n.ºs 65 e 66, relativas aos dias 15 e 22 de março, e as atas n.ºs 2 e 3 (Visita ao Algarve) relativas aos dias 20 e 21 de março, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

#### 3. - Discussão e votação do P JL n.º 418/XIII/2.ª, do PAN - Regula o acesso à morte medicamente assistida - Autora do Parecer: Deputada Carla Cruz

O Presidente deu a palavra à Deputada Carla Cruz, autora do parecer sobre o P JL n.º 418/XIII/2.ª, do PAN, que «Regula o acesso à morte medicamente assistida».

A Deputada começou por informar que a iniciativa é da competência da ACDLG, mas com conexão à Comissão de Saúde, pelo que o Parecer apenas se debruça sobre as questões de saúde. Focou o objeto, conteúdo e motivação da iniciativa. Eximiou-se de emitir a sua opinião e concluiu com o entendimento de que a iniciativa em apreço reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser agendada para plenário.

O Presidente saudou a Deputada pelo Parecer.

A Deputada Ângela Guerra felicitou a autora do Parecer, que é factual e incide sobre a matéria da saúde.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos felicitou a Autora do Parecer pela análise exaustiva do P JL, lamentando que não tenha emitido opinião. Os «direitos» em geral são da competência da 1.ª Comissão, mas o «direito à saúde e o direito a ter uma morte digna» cabem a esta Comissão.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Deputada pelo Parecer que é factual e representa o Projeto de Lei do PAN.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou a autora do Parecer. Sobre a matéria em apreço, a Comissão de Saúde tem de ser incondicionalmente chamada a pronunciar-se. Disse que reservará a sua opinião para Plenário, subscrevendo que a iniciativa está em condições de ser apreciada nessa sede.

O Presidente colocou os considerandos e conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 4. - Discussão do Projeto de Resolução n.º 649/XIII/2.ª (PCP) - Recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam decorrentes do subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde e do Projeto de Resolução n.º 770/XIII/2.ª (BE) - Compromisso plurianual para um maior investimento no Serviço Nacional de Saúde

A Deputada Carla Cruz apresentou o P JR, que recomenda a adoção de medidas urgentes para debelar os problemas com que as unidades dos cuidados de saúde se defrontam, decorrentes do



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde, que é crónico e não foi colmatado, pese embora tenha havido transferência de verbas, o que consideram positivo. O subfinanciamento do SNS dificulta a contratação de profissionais e a prestação de cuidados de saúde e também o atraso do pagamento a fornecedores. Defende que o Estado poderia recorrer ao laboratório militar que, apesar das limitações, está preparado e tem condições para aumentar a capacidade de resposta, diminuindo assim as verbas a pagar à indústria farmacêutica. O problema é agravado também pela excessiva contratualização de serviços externos, que no OE para 2017 representa uma verba de 3,5 milhões de euros, devendo muitos destes fornecimentos ser prestados pelo Estado para libertar verbas para aquisição e renovação de equipamento e de instalações. Assim, o PCP recomenda ao Governo medidas destinadas a *«garantir um financiamento adequado do SNS e desenvolver plenamente as suas potencialidades, quer através do total aproveitamento da capacidade instalada, quer do reforço dos recursos necessários para garantir a prestação de cuidados de saúde com elevados padrões de qualidade, proximidade e acessibilidade dos utentes»*.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR sobre o compromisso plurianual para um maior investimento no Serviço Nacional de Saúde. Disse que o ponto de partida é a identificação do problema, ou seja, o subfinanciamento do SNS, que é crónico, mas que se agravou entre 2010 e 2015. São necessárias mais transferências para o SNS, via Orçamento do Estado, para que não chegar ao fim do ano com défice. Embora tenha havido mais transferências nos últimos dois anos, elas não são suficientes e daí a recomendação para se estabelecer um compromisso plurianual para aumentar as verbas do SNS, estimando-se que sejam necessários 400 a 500 milhões de euros anuais. O défice no SNS repercute-se na perda de profissionais e na obsolescência dos equipamentos, com consequências gravosas para os utentes. O PJR recomenda que *«o Governo apresente um compromisso plurianual que permita um horizonte de previsibilidade, de aumento do financiamento e do orçamento do SNS. Esse compromisso deve traduzir-se num aumento do investimento a realizar em edifícios e equipamentos, na criação e dotação do Fundo de Inovação Terapêutica e na dotação programas, medidas e políticas concretas destinadas à promoção da saúde e prevenção da doença»*.

De seguida usaram da palavra os seguintes Deputados:

Isaura Pedro referiu que convém não esquecer que o SNS viveu um período grave antes de 2011, em que o PS conduziu o país a uma situação de bancarrota, e, nessa altura, a dívida representava mais de 60% do seu orçamento. Nos anos seguintes, apesar das dificuldades, o setor da saúde foi alvo de uma discriminação positiva. Disse que a despesa com o SNS em fevereiro representa um



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

aumento de 20%, relativamente ao período homólogo do ano anterior. Não lhe merecem quaisquer objeções as recomendações destes PJR, propondo também que o atual Governo continue a política do anterior no sentido de reduzir as dívidas do SNS;

António Sales salientou que o subfinanciamento do SNS é uma questão muito séria. De facto, o financiamento padrão para a Saúde recomendado pela OCDE é superior ao praticado, destacando que em 2015 o financiamento do SNS era inferior ao de 2010. O financiamento é uma escolha e o subfinanciamento tem a ver com os recursos do país. Reconhece que o Governo está a fazer um esforço para internalizar serviços e a proceder a avaliações às PPP, mas é na discussão do OE que essa discussão se fará e é lá que se pronunciarão;

Isabel Galriça Neto referiu que o CDS-PP tem dito, desde o início da Legislatura, que tem havido quebra de investimento, o que é reconhecido pelo Ministro. Tem acompanhado e chamado a atenção para a acumulação de dívida e para a redução de investimento público no SNS. Tem sinalizado dificuldades desde há meses, considerando que os Projetos de Resolução fazem todo o sentido. O CDS até teria outras questões a apresentar, porque foram feitas escolhas que agravam o funcionamento do SNS.

10:45 - Audição de um conjunto de entidades, a requerimento do CDS-PP, para «explicarem a esta Comissão os problemas com que estas Unidades se têm deparado e o impacto desses problemas na sua viabilidade económica e financeira, bem como na prestação de cuidados de saúde aos utentes»:- Coordenadora da ECR da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo:- Dr. José António Bourdain - Cercitop;- Dra. Ana Reis e Eng.ª Cristina Mendonça - ASFE Saúde;- Enf.º Pedro Ferreira - Santa Casa da Misericórdia da Amadora;- Enf.º Pedro Costa - Casa de Santa Maria;- Dr. Tiago Silva - ARIFA;- Dra. Raquel Sardinha - Hospital do Mar

A Deputada Isabel Galriça Neto expôs as razões que levaram o CDS-PP a apresentar o [requerimento](#) que solicita estas audições. Teve conhecimento da grave situação económica e financeira por que estavam a atravessar essas instituições e quer saber qual a resposta da parte da tutela. A insuficiência de financiamento, principalmente às Unidades de Longa Duração (ULD), pode comprometer a prestação de cuidados de qualidade. Pretende saber quais os financiamentos que estão a afetar estas instituições, quais os problemas decorrentes da implementação da Portaria 50/2017, de 2 de fevereiro, se têm dívidas a fornecedores e se deram conhecimento à tutela dessa situação. Gostaria de saber qual é a resposta da ECR da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo (ECR da RCC LVT) a esse problema.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Fátima Ramos agradeceu o magnífico trabalho que é feito pelas instituições na área social, particularmente aquele que é prestado pelas instituições, para que as pessoas tenham mais qualidade de vida. Se existe atraso no pagamento às instituições, não pode haver sustentabilidade, devendo nalgumas situações o financiamento ser reforçado. Perguntou qual é o atraso de pagamento às instituições e como procedem quando são os utentes que têm dívidas, endereçando as questões também à responsável da ECR da RCC LVT.

O Deputado António Sales agradeceu o trabalho que está a ser realizado pelas diversas entidades, sublinhando a importância do que está a ser feito na área dos Cuidados Continuados Integrados, dando prioridade às regiões carenciadas. Salientou o aumento do número de camas no geral, mas analisando os dados da ARSLVT verifica-se que existem constrangimentos no rácio número de camas por habitante e que há lista de espera essencialmente para as ULD. Colocou questões sobre as dívidas dos utentes às instituições e perguntou o que está a ser feito para as recuperar e como se explica que, apesar das dificuldades, tenham aumento os pedidos para abertura de instituições.

O Deputado Moisés Ferreira, depois de cumprimentar os presentes, reconhece que tem havido melhorias nos cuidados continuados, mas gostaria de saber qual e a necessidades de reforço nesta região. Atualmente há uma tendência para desvirtuar a filosofia dos Cuidados de Saúde Continuados, (CSC) porque a Rede não dá resposta e os utentes têm de permanecer nos hospitais e também há cada vez mais casos a precisar de cuidados diferenciados. Gostaria de saber qual é a necessidade em termos de equipas para prestar cuidados ao domicílio e se o estatuto do cuidador informal prevê benefícios nas respostas e, ainda, porque não se tem conseguido estabilizar as equipas de profissionais e se não deveriam as instituições ter mais enfermeiros.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou os presentes. O PCP entende que o Estado, ao longo dos anos, se tem desresponsabilizado de competências que lhe cabem, criando expectativas às instituições. Pretende saber qual é o ponto da situação das dívidas nos últimos seis anos e qual é a previsão de pagamento. Perguntou se as instituições recebem da tutela algum apoio quando os hospitais têm de encaminhar doentes com bactérias multirresistentes para a rede de CC, se foi feito o levantamento dessa necessidade e quais as medidas que estão a tomar para as entidades que apoiam pessoas com problemas de saúde mental. Pediu que a responsável da Equipa de Coordenação Regional confirmasse se está prevista a criação de Unidades de Dia.

José António Bourdain (Cercitop), porta-voz das entidades presentes, Ana Reis e Cristina Mendonça (ASFE Saúde), Pedro Ferreira (Santa Casa da Misericórdia da Amadora), Pedro Costa



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

(Casa de Santa Maria), Tiago Silva (ARIFA) e Raquel Sardinha (Hospital do Mar), fez um enquadramento histórico da Rede de Cuidados Continuados e da sua evolução. Alertou para a situação dramática de algumas instituições que estão numa situação de falência técnica, havendo alguns funcionários com quatro meses de salários em atraso. Existem dificuldades na prestação de cuidados de enfermagem nas ULD, porque foi acordado que fossem diários, mas não de 24 horas diárias, não tendo as instituições sido compensadas por isso. Esclareceu que a maior parte dos custos dessas Unidades são com recursos humanos e dispõem de meios para contratar mais pessoas. Disse que dando cumprimento à Portaria 50/2017, que refere que as instituições não podem recusar um utente, os custos aumentam. Lembrou que o internamento de um utente no hospital tem um custo de cerca de 880€ por dia e, sendo colocado nas unidades de cuidados continuados, o Estado poupa bastante e as instituições não estão a ser compensadas desse custo. A Coordenadora da ECR da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo, Elsa Baião começou por agradecer todo o trabalho desenvolvido pelas várias instituições. Explicou que a Equipa Coordenadora Regional (ECR) abrange uma vasta área territorial, que vai desde Santarém a Setúbal e a resposta é muito focada nesta região. Apesar de em seis anos o número de camas ter duplicado, reconhece que são insuficientes, devendo a solução passar por fomentar esse aumento e reforçar os cuidados domiciliários, bem como aumentar a resposta em unidades de dia. Reconhece que nos últimos anos não houve adequação dos preços, mas tem informação de que a sua revisão está em negociação entre a tutela e os parceiros. Considera que a recente Portaria revê o critério de admissão dos doentes, para responder à necessidade de uma população mais envelhecida e com doença crónica, que a dívida dos utentes às instituições é um problema preocupante, mas não consegue intervir porque os utentes fizeram um contrato com as instituições quando são admitidos e que tem de haver articulação entre a Rede de Cuidados Paliativos e a Rede de Cuidados Continuados. Disse que os problemas financeiros são mais complicados nas Unidades de Longa Duração, mas que os pagamentos estão a ser regularizados nestas unidades, disse ainda que há potenciais interessados em novas unidades, em todas as tipologias, sendo algumas delas para alargamento das infraestruturas.

Na 2.ª ronda usaram da palavra os Deputados Fátima Ramos, Domingos Pereira, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, para colocar questões, que foram respondidas por José António Bourdain, Pedro Ferreira, Ana Reis e Elsa Baião.

O Presidente agradeceu a disponibilidade de todos, bem como as informações e esclarecimentos prestados.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação das audições ser acedida através destes *links*:

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170329\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170329_1.mp3)

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170329\\_2.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170329_2.mp3)

Palácio de São Bento, 29 março 2017

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 67/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro  
Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Luís Soares  
Luís Vales  
Marisabel Moutela